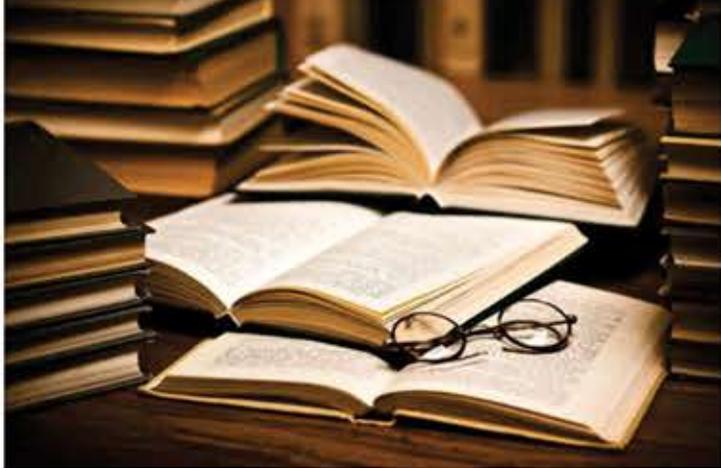


Coleção Biblioteca Psicopedagógica e Didática  
Série Profissionalização Docente e Didática - n° 2



# ENSINO MÉDIO

estado atual, políticas  
e formação de professores

Roberto Valdés Puentes  
Andréa Maturano Longarezi  
Orlando Fernández Aquino  
Organizadores

# ENSINO MÉDIO

**estado atual, políticas  
e formação de professores**



**Grupo de Estudos e Pesquisas  
em Didática Desenvolvidora  
e Profissionalização Docente**

Roberto Valdés Puentes  
Andréa Maturano Longarezi  
Orlando Fernández Aquino  
Organizadores

# ENSINO MÉDIO

**estado atual, políticas  
e formação de professores**

Coleção  
Biblioteca Psicopedagógica e Didática  
Série  
Profissionalização Docente e Didática - n° 2

Copyright © Edufu - Editora da Universidade Federal de Uberlândia/MG  
Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução parcial ou total sem permissão da editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU - MG, Brasil

---

E59m Ensino médio [recurso eletrônico] : estado atual, políticas e formação de professores / Roberto Valdés Puentes, Andréa Maturano Longarezi, Orlando Fernández Aquino (Org.). - Uberlândia : EDUFU, 2019.  
312 p. : il.

ISBN:978-85-7078-493-3 (e-book)

Inclui bibliografia.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://www.edufu.ufu.br/>

Publicado no formato impresso em 2012.

1. Ensino médio - Brasil. 2. Professores de ensino médio - Formação. 3. Educação e estado. I. Valdés Puentes, Roberto, org. II. Longarezi, Andréa Maturano, org. III. Fernández Aquino, Orlando, 1953-, org. IV. Universidade Federal de Uberlândia.

CDU: 373.5 (81)

---



Editora da Universidade Federal de Uberlândia  
Av. João Naves de Ávila, 2121 - Campus Santa Mônica - Bloco 1S - Térreo  
Cep 38408-100 - Uberlândia - Minas Gerais  
Tel: (34) 3239-4293  
[www.edufu.ufu.br](http://www.edufu.ufu.br)

ENSINO MÉDIO: UM ESTUDO DO DESEMPENHO  
DA REDE ESTADUAL EM UBERLÂNDIA-MG.

*Roberto Valdés Puentes*  
*Andréa Maturano Longarezi*  
*Orlando Fernández Aquino*

INTRODUÇÃO

Os indicadores que medem a evolução da qualidade da Educação Infantil e Fundamental apontam que o Brasil – apesar dos enormes desafios que ainda enfrenta do ponto de vista de gestão, organização, currículo e desempenho cognitivo dos estudantes – tem melhorado nos últimos anos. É por isso que o governo e o Ministério da Educação, sem abandonarem o trabalho que está sendo realizado nos primeiros níveis da educação básica, centram agora seus esforços na reformulação do Ensino Médio, há tempos em crise.

Desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN/96 –, o país tem investido na elaboração de políticas e na aplicação de recursos financeiros para tentar tirar o Ensino Médio da situação precária em que se encontra. Não obstante, os resultados têm sido insignificantes se comparados com o tamanho do problema. É por isso que expressões tais como “crise”, “apagão”, “ausência de sentido” e “falta de identidade” são tão comuns no meio jornalístico, político, acadêmico e não governamental, quando se faz referência a esse contexto brasileiro.

Ao invés de melhorar, o Ensino Médio não progrediu e, em alguns aspectos, piorou. O princípio da universalização do acesso continua a ser apenas um sonho, especialmente para pobres, negros e moradores do campo. Aumentaram os índices de insatisfação de alunos, professores e gestores; diminuíram o interesse, a qualidade e a motivação; caíram as matrículas nas escolas regulares; começaram a faltar professores especialistas nas áreas de Biologia, Química e Física; agravaram-se as condições de trabalho e os níveis de profissionalização dos docentes; piorou o desempenho dos estudantes, como mostram os exames aplicados pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Porém, como a situação desse nível de ensino não se distribui igualmente no território nacional, nem entre os diferentes grupos de pessoas jovens e adultas que seriam potenciais alunos, o presente trabalho se propõe a avaliar o desempenho da rede estadual de escolas

regulares de Ensino Médio de Uberlândia-MG, essencialmente para observar como esse fenômeno se comporta nesse município.

Os dados aqui analisados foram levantados como parte de três projetos de pesquisa<sup>1</sup> que traçaram o perfil do Ensino Médio estadual no município e identificaram as necessidades didático-pedagógicas dos professores que atuam nesse contexto. Assim sendo, este texto discute a situação desse nível em Uberlândia, tomando como referência o panorama nacional e mineiro, a partir da análise do que regem os documentos oficiais e as sinopses estatísticas disponíveis nas bases de dados dos respectivos órgãos das unidades federativa, estadual e municipal.

## 1. O QUE REGEM OS DOCUMENTOS OFICIAIS E O QUE DIZEM AS ESTATÍSTICAS

### 1.1 A situação no Brasil

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDBEN/96 (Brasil, 1996) estabelece, no art. 21<sup>o</sup>, que a educação escolar compõe-se da educação básica e superior, que a primeira está formada pela Educação Infantil, pelo Ensino Fundamental e pelo Ensino Médio. Desde então, este passou a constituir a etapa final da educação básica brasileira com o propósito deliberado de ampliar ao máximo o período de formação comum indispensável ao aluno, a fim de fornecer-lhe os meios para o exercício da cidadania, bem como para que ele possa progredir no trabalho e nos estudos posteriores (Brasil, 1996). Para tal, a lei reafirma o pressuposto de que cabe ao Estado a garantia do direito à educação de qualidade para todos, estabelecido na Constituição Brasileira de 1988, pela via da universalização e gratuidade dos serviços prestados.

Nos quinze anos que se transcorreram desde a implementação da LDBEN/96 até os dias de hoje, esse nível escolar teve por finalidade consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos; possibilitar a preparação básica para o trabalho e o prosseguimento de estudos; o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; a adoção de metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes; a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática no ensino de cada disciplina (Brasil, 1996, seção IV, art. 35<sup>o</sup>).

O currículo constituído, com base no art. 36<sup>o</sup> (Brasil, 1996), passou a destacar também, além dos princípios apontados anteriormente,

---

<sup>1</sup> Projetos: 1) *Desenvolvimento profissional dos professores que atuam no Ensino Médio: um diagnóstico de obstáculos e de necessidades didático-pedagógicas*, financiado pela Fapemig; 2) *Didática da sala de aula*, desenvolvido com recursos da Emenda Parlamentar do município de Uberlândia e 3) *O perfil dos professores do Ensino Médio*, que atualmente conta com o apoio do CNPq.

diretrizes que valorizam a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura e a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania, entre outras.

Sugere-se que os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação que configuram o currículo sejam organizados de tal forma que ao final do Ensino Médio o educando seja capaz de demonstrar o domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna; o conhecimento das formas contemporâneas de linguagem e o domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia, necessários ao exercício da cidadania. Além disso, esse nível, uma vez atendida à formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas.

Por fim, a duração mínima dessa etapa final da educação básica fica estabelecida em três anos. A lei concede equivalência legal e habilita ao prosseguimento de estudos, enquanto que a preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional, poderá ser desenvolvida nos próprios estabelecimentos de Ensino Médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional (Brasil, 1996).

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio* – PCNEM – (Brasil, 1999), inspirados na referida lei que constitui sua principal referência, foram estabelecidos quatro anos depois justamente por causa da necessidade de se pensar o novo currículo para esse nível a partir de duas demandas fundamentais. A primeira está associada às exigências colocadas pelas mudanças estruturais que decorrem da chamada revolução do conhecimento, as quais alteram o modo de organização do trabalho e as relações sociais. A segunda, vinculada à expansão crescente da rede pública, que é responsável por atender a padrões de qualidade que se corresponda com as exigências sociais (Brasil, 1999, p. 6). Aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender e aprender a ser tornaram-se as diretrizes gerais e orientadoras da proposta. É feita referência à Base Nacional Comum e à parte diversificada do currículo.

O documento elaborado pelo MEC, com o título “Orientações Educacionais Complementares”, se ocupa de orientar os professores, coordenadores e gestores sobre a organização didática e recomendações metodológicas para o tratamento dos conteúdos curriculares nos PCNEM (Brasil, 2002). O texto em questão aborda a condução do aprendizado, estabelecendo uma articulação entre as competências gerais que se deseja promover e os conhecimentos disciplinares e seus conceitos estruturantes, de acordo com as exigências da LDBEN/96, das Diretrizes do Conselho Nacional de Educação e dos PCNEM.

A posterior elaboração de três documentos específicos (“O Plano de Metas pelo compromisso de todos com a Educação”, de 2007; o relatório final de um grupo de trabalho interministerial, criado pelo

Ministério e publicado em julho de 2008 com o título de “Reestruturação e expansão do Ensino Médio no Brasil” e o programa “Ensino Médio Inovador”, de 2009) procurou superar os desafios presentes, bem como os gerados durante a implementação dos projetos anunciados, inclusive os relacionados ao Ensino Médio e efetivar as políticas públicas nacionais para a educação básica, implementadas por intermédio da LDBEN/96, do Plano Nacional de Educação (2001-2010), dos PCNEM (1999) e das Orientações Educacionais (2002).

O “Plano de Metas pelo compromisso de todos com a Educação” (Brasil, 2007) foi elaborado em regime de colaboração com os municípios, Distrito Federal e estados, com a participação de famílias e a comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Nele é proposta a realização direta ou o incentivo e apoio à implementação das metas com base num conjunto amplo de diretrizes que tem como finalidade garantir a efetiva melhoria da qualidade da educação pela via da preocupação na aprendizagem, do acompanhamento dos resultados concretos a atingir; do acompanhamento individual de cada aluno da rede; do combate à repetência; do combate à evasão e sua superação; da garantia do acesso e permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais; da implantação do plano de carreira, cargos e salários para os profissionais da educação; do envolvimento de todos os professores na discussão e elaboração do projeto político pedagógico (Brasil, 2007, p. 1-2).

A “Reestruturação e expansão do Ensino Médio no Brasil” (2008) procura ajudar a desenvolver a concretização de um Ensino Médio de qualidade para todos e anuncia alguns princípios e objetivos estratégicos como fundamentais para superar a situação atual desse nível no país, entre os quais estão: a obrigatoriedade do Ensino Médio; o caráter de nível terminal da educação básica, procurando objetivar a autonomia do educando frente às determinações do mercado de trabalho; um currículo cujo princípio deverá estar na unidade entre trabalho, ciência, cultura e tecnologia; a integração à Educação Profissional técnica; a responsabilidade da União na coordenação nacional das políticas públicas para esse nível em regime de colaboração com as unidades federadas (Brasil, 2008a, p. 10).

Por último, o programa “Ensino Médio Inovador” (2009a) propõe a promoção de inovações pedagógicas nas escolas públicas, de modo a fomentar mudanças necessárias na organização curricular do Ensino Médio e o reconhecimento da singularidade dos sujeitos que fazem parte dessa etapa escolar. Entre os principais objetivos do programa (Brasil, 2009a) estão: estimular a superação das desigualdades de oportunidades educacionais; universalizar o acesso e permanência dos adolescentes de 15 a 17 anos no Ensino Médio; consolidar a identidade desse período educacional, considerando a diversidade de sujeitos, etc.

Não obstante, muitas das medidas até aqui anunciadas não têm tido um impacto no panorama educacional nesse nível de ensino.

Apesar dos esforços dispensados, o Brasil não tem construído um projeto de Ensino Médio que garanta o direito constitucional à efetiva universalização do acesso, permanência e sucesso escolar para todos os cidadãos, independentemente das condições econômicas, classe social e grupos étnico-raciais.

Dados divulgados pelo Ministério da Educação – MEC e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep (Brasil, 2009a, 2009b, 2009c, 2010), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Brasil, 2005, 2006) e por alguns pesquisadores da área (Moreira, 2009; Kuenzer, 2010) indicam que a preocupação em relação à situação atual do Ensino Médio não é um exagero. Mesmo quando o Brasil tenha ampliado a oferta de forma expressiva nesse nível – passando de 5,7 milhões em 1996 para 8,3 milhões em 2009 – quase dois milhões de jovens de 15 a 17 permanecem fora da escola. Além disso, observa-se uma crescente retração das matrículas no período de 2001 a 2009 em relação ao período de 1991 a 2001.

Dos cerca de dez milhões e meio de brasileiros com idade entre 15 e 17 anos (idade/série), mais de 50% não estão cursando o Ensino Médio. Se comparado com os índices atingidos pelo Ensino Fundamental (97%) nos últimos anos, a universalização daquele nível está longe de ser uma conquista, pois a taxa de escolarização líquida é baixa (44% em 2005) e apresenta significativas distorções regionais, como ocorre no estado de Alagoas (18%). A maioria dos jovens que, pela idade, deveriam estar cursando o Ensino Médio está no Fundamental (mais de um terço) ou fora da escola (Brasil, 2005). Sendo assim, o princípio da universalização da educação básica – da qual o Ensino Médio passou a fazer parte por meio da Lei de Diretrizes e Bases (Brasil, 1996) e vigente na Constituição de 1988 – continua a ser uma ilusão.

A maior parte dos estudantes que não se matriculam no Ensino Médio pertence à classe pobre, é negra e mora na região Nordeste (Brasil, 2006). Os índices de evasão escolar são preocupantes e crescentes, pois de 8,0% em 2000 cresceu para 10% em 2005 e para quase 18% em 2006. A distorção idade/série ainda é grande, cresceu de 0,38% para 0,54% entre 2000 e 2007, visto que apenas 52% dos estudantes na escola estão com idade entre 15 a 17 anos e o restante tem mais de 18 anos. Do total de 1 milhão, quase 700 mil estudantes, que concluíram o Ensino Médio no Brasil em 2009, 15% estavam acima dos 20 anos.

As estatísticas sobre repetência são altas e têm subido de 18,65% em 2000 para 22,6% em 2005, o que prova a ausência de um acompanhamento individual e o fracasso dos processos de recuperação. O número de estudantes matriculados no período noturno cresceu e chegou para 54,78% em 1998, em seguida caiu para 41,3% em 2007 e para 37,03% em 2009. Por fim, o tempo médio de conclusão passou de 3,7% para 3,8% entre 2000 e 2005 (Brasil, 2009b, 2010; Kuenzer, 2010). De acordo com Kuenzer (2010, p. 860), os dados apontados,

“mesmo descontinuados e sem a necessária sistematização para conferir transparência e permitir análise qualificada, permitem inferir que, quanto à expansão do acesso, permanência e sucesso, não houve mudanças significativas, mostrando que, para o ensino médio, o PNE 2000-2010 não aconteceu”.

Essa autora divulga o comportamento de outras dimensões vinculadas ao Ensino Médio no Brasil, as quais demonstram a situação precária do nível, o que permite a ela afirmar que a década 2000-2010 foi “perdida”. Ela afirma, ainda, que a paralisação da infraestrutura escolar (biblioteca, telefone e copiadora) apenas cresceu 1,4% entre 2001 e 2007; que houve o uso pedagógico limitado (70%) dos computadores nas escolas em 2007; que houve o baixo custo financeiro voltado para o aluno em relação a outros países do continente: 1.500 reais por ano no Brasil em 2008, enquanto que na Argentina e no Chile era de 2.000 reais (Kuenzer, 2010, p. 860).

O Ensino Médio no Brasil está sob responsabilidade, fundamentalmente, da rede estadual. Dos mais de oito milhões de estudantes matriculados nos estabelecimentos de ensino existentes em 2009, 85,91% estavam nas escolas estaduais, 1,08% nas redes federais, 1,32% nas redes municipais e 11,68% nas redes privadas.

Em relação à qualidade, é possível afirmar que o Ensino Médio foi o nível que menos cresceu (0, 2%) entre 2005 e 2009 dentro da educação básica, passando de 3,4% para 3,6%. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)<sup>2</sup> de 2009 mostra que os alunos desse nível estão estagnados no “desconhecimento”, pois na média, numa escala de 0 a 10, os estudantes obtiveram 3,6 – nota apenas 0,1 maior do que a alcançada na edição anterior (Formenti; Moura, 2010) –, de modo que a falta de progressão do Ensino Médio, especialmente o público do ponto de vista da qualidade, também é real.

Uma análise comparativa entre a rede pública de ensino e a privada, com base nos dados do Enem, indica que enquanto as escolas privadas alcançaram média de 5,6 em 2007, as públicas atingiram a média de 3,2. Em relação ao Enem de 2009, os dados mostram que as mil piores notas foram obtidas por escolas públicas, sendo 97,8% delas estaduais (Kuenzer, 2010, p. 861).

Esse desempenho coloca o Ensino Médio em uma posição ainda mais crítica em nível internacional. No Programa de Avaliação

---

<sup>2</sup> O Ideb é a “nota” do ensino básico no país. Numa escalade 0 a 10, o MEC fixou a média 6, como objetivo a ser alcançado pelo país até 2021. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar obtidos no Censo Escolar e médias de desempenho nas avaliações do Inep; o Saeb – para os estados e para o Distrito Federal –, e a Prova Brasil – para os municípios. Criado em 2007, o Ideb serve tanto como diagnóstico da qualidade do ensino brasileiro como baliza para as políticas de distribuição de recursos (financeiros, tecnológicos e pedagógicos) do MEC.

Internacional de Estudantes (Pisa) – que realiza a cada dois anos a *Organisation for Economic Co-operation and Development* (OECD – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) com estudantes de 15 anos, que deveriam estar no 1º ou 2º ano do Ensino Médio – os brasileiros aparecem em 53º lugar com 401 pontos (405 em Ciências, 412 em leitura e 386 em Matemática) entre 65 países que participaram da pesquisa em 2009 (OECD, 2010). Dessa forma, estamos bem atrás dos cinco países melhor colocados: China (575), Finlândia (554), Hong Kong (549), Cingapura (542) e Japão (539). Em relação à China, por exemplo, o Brasil alcançou um desempenho 30% mais baixo. O país perde também para nações da América Latina bem menores e com um Produto Interno Bruto muito inferior, como o Uruguai (47º com 426 pontos), México (48º com 425 pontos), Trinidad e Tobago (51º com 416 pontos) e Colômbia (52º com 413 pontos).

Sobre a profissionalização dos professores, alguns documentos elaborados pelo MEC ressaltam a importância desse componente na melhoria da qualidade da educação. Na LDBEN/96 fica explicitado que a formação, como aspecto da profissionalização, terá como fundamento a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço, bem como o aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

O aperfeiçoamento dos professores da educação básica deve ter lugar em nível superior nos cursos de licenciatura. Para tal, os institutos superiores manteriam cursos formadores de profissionais, inclusive o curso normal superior, destinado a docentes do nível infantil e das primeiras séries do Ensino Fundamental; os programas de formação pedagógica para portadores de diplomas universitários que quiserem se dedicar à educação básica e os programas continuados para os profissionais dos diversos níveis.

A LDBEN/96 reconhece também que a melhoria da qualidade do ensino brasileira depende, fundamentalmente, do compromisso político e da competência técnica dos professores; do respeito às diversidades dos estudantes jovens e da garantia da autonomia responsável das instituições escolares na formulação de seu projeto político pedagógico e de uma proposta consistente de organização curricular.

Apesar dos esforços realizados, um estudo divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) (Brasil, 2009b, 2010) comprova que mais de 30% dos professores, em exercício na educação básica no país, em 2007 ainda não dispõem de formação em nível universitário. Esses índices representam um número superior a 590 mil docentes. Segundo Scheibe (2010), pelo menos 10% dos professores que possuem formação universitária não têm curso de licenciatura e outra parte expressiva não tem formação compatível com a disciplina que leciona.

Essa autora lista um conjunto de outros problemas e desafios que estão relacionados à questão da profissionalização e à formação de professores da educação básica: a) a ausência de um projeto mais claro do perfil profissional a ser atingido, sendo este vinculado de forma mais orgânica ao campo da prática docente; b) a inexistência de um Sistema Nacional de Educação no Brasil, podendo ser esta uma das razões pela qual a profissão docente se apresenta hoje extremamente diferenciada e fragmentada; c) os baixos salários predominantes; d) a deterioração das condições de trabalho, sendo esta decorrente das longas jornadas, de salas superlotadas, do crescimento da indisciplina e da violência na escola, da dificuldade em realizar atualizações de conteúdo e metodológicas, entre outras; e) a clara fragmentação institucional e o predomínio do setor privado na formação de professores; f) a centralização da formação em instituições não universitárias e em cursos noturnos; g) a forte tradição disciplinar que impede soluções que envolvam um caráter mais interdisciplinar na formação, vinculado ao campo da prática curricular da escolarização básica (Scheibe, 2010, p. 984).

## 2. A SITUAÇÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS.

O ponto de partida para uma análise da organização do Ensino Médio no estado de Minas Gerais é o *Novo Plano Curricular Ensino Médio* (NPCEM/MG), elaborado pela Secretaria de Estado de Educação (SEE) e aprovado em novembro de 2006. O documento consiste numa proposta de transformação desse nível de ensino com foco no resultado. A transformação, por sua vez, exige uma mudança na forma de se pensar a educação escolar:

O que aqui se persegue é a produção de um desenho de escola que cumpra o papel de continuidade formativa do ser humano, no caso dos jovens, e de seu desenvolvimento, aqui incluindo formação ética, profissional, científica e técnica, todas necessárias à formação do jovem como cidadão. E que seja demarcada a convicção de que tais desenvolvimentos se submetam à ideia de desenvolvimento humano como pressuposto e suporte para qualquer projeto educativo (NPCEM/MG, 2006, p. 8).

O NPCEM/MG (2006) está estruturado em três partes. A primeira trata dos desafios do Ensino Médio; a segunda dos fundamentos, diretrizes e resultados esperados e a terceira, das características da nova organização curricular para esse nível de ensino.

Em meio à quantidade de problemas que o Ensino Médio no estado ainda enfrenta na primeira década do século XXI, o novo plano se propõe a combater e a superar seis desafios: universalização; melhoria da eficiência do sistema educacional; melhoria do desempenho dos

alunos e da qualidade do ensino; superação das desigualdades regionais; maior atenção voltada para os alunos do noturno e educação escolar articulada às novas tecnologias.

A superação desses desafios é um imperativo que a SEE reconhece. Os novos caminhos que são propostos para o Ensino Médio têm como objetivo evitar que esse nível continue a ser o mesmo. Para tal, é necessário levar em consideração a importância da mudança, o senso de urgência e a compreensão de que ações imediatas e variadas precisam ser tomadas, entre as quais podem ser apontadas: a melhoria das condições de funcionamento das escolas; a formação adequada das competências, indispensável ao bom desempenho docente dos professores; a elevação da qualidade da gestão das escolas e dos professores; a melhoria da eficiência dos processos de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, entre outras.

O NPCEM/MG (2006) trata ainda dos fundamentos, diretrizes e resultados esperados do Novo Plano Curricular. Inicialmente, são abordadas as escolas-referência, nas quais o novo plano deverá começar um projeto implantado pela SEE em 223 escolas, com mais de 350 mil alunos, escolhidas dentre as maiores e mais tradicionais de Minas Gerais e distribuídas por mais de 100 municípios que abrangem 65% da população do estado.

As escolas-referências teriam o desafio de resgatar a qualidade e tradição das escolas estaduais num contexto inteiramente novo. Tudo isso seria feito sob a base da criação das condições necessárias nas escolas que preveem, desde a elaboração do Plano de Desenvolvimento Pedagógico e Institucional (PDPI), um forte investimento na recuperação e ampliação das instituições, bem como a aquisição de equipamentos e recursos didáticos.

A Resolução nº 753/06, incorporada no final do NPCEM/MG (2006), institui e regulamenta a organização curricular a ser implementada no Ensino Médio. Em 2006, apenas as escolas-referência eram obrigadas a implantar o novo plano curricular, bem como as escolas associadas<sup>3</sup> que desejassem fazê-lo. A implantação seria gradativa, de modo que apenas os alunos do 1º ano estariam sujeitos às novas regras. Os demais não seriam afetados pelas mudanças, a não ser aqueles que tivessem o interesse em fazer os cursos de qualificação básica para trabalhar na área de Informática.

No primeiro ano de implementação, a rotina das escolas seria pouco modificada: todas elas desenvolveriam um currículo comum,

---

<sup>3</sup> O projeto prevê a existência de uma escola-associada para cada escola-referência. O objetivo é que esta acompanhe o trabalho da escola a ela associada com a finalidade de estender os benefícios do projeto, as boas ideias e as práticas educativas a um número maior de escolas e de alunos.

muito semelhante ao que já estava em funcionamento. A partir de 2007, as mudanças começariam a ser mais significativas.

A implementação do Novo Plano Curricular sustentava-se num conjunto de princípios norteadores que tinham como foco a formação, a aprendizagem e o desenvolvimento humano dos estudantes; a gestão democrática; a participação da comunidade na vida escolar; a autonomia da instituição para construir seu projeto pedagógico, entre outros.

Do ponto de vista pedagógico, as principais diretrizes do plano estavam na democratização da escola; no tratamento adequado da ciência e dos conhecimentos; no entendimento de que os conteúdos das disciplinas escolares não se limitam a um conjunto de conceitos, fatos, princípios, leis e teorias; no fato de que o modo como o conceito é assimilado, integrado e reformulado pelo aluno depende dos instrumentos e dos mecanismos envolvidos no processo; na premissa de que a diversidade metodológica e flexibilidade curricular são indispensáveis em razão das características específicas dos conteúdos a serem ensinados, dos estilos e ritmos de aprendizagem dos alunos, etc.

A proposta também sustenta a tese de que as orientações metodológicas subentendem que os bons métodos e recursos didáticos são necessários, mas não são suficientes para garantir a aprendizagem. Por esse motivo, defendem que os recursos tecnológicos não são capazes por si só de promoverem mudanças significativas na área educacional, pelo fato de que o ensino deve ser organizado com base em processos inerentes a quem aprende, levando em consideração os conhecimentos prévios e abordando os conteúdos de maneira interdisciplinar (NPCEM/MG, 2006, p. 33).

Com o novo plano, a SEE esperava aumentar o número de alunos no Ensino Médio e o número de discentes concluintes; elevar seus níveis de aprendizagem e de desempenho; incrementar sua permanência em período integral; elevar a preparação para o trabalho pela via de cursos de qualificação básica; estimular o protagonismo formando jovens como fonte de boas iniciativas para o desenvolvimento da sua comunidade; transformar a escola no melhor lugar da comunidade para se ensinar e aprender através da criação de melhores condições de funcionamento, do aumento dos equipamentos e da qualidade do corpo docente; aumentar a proficiência média dos alunos, a avaliação positiva dos servidores e a certificação dos diretores e, por último, fortalecer as relações escola-comunidade, abrindo a escola para a participação massiva, coletiva e voluntária da sociedade (NPCEM/MG, 2006, p. 34).

Para garantir esses resultados positivos, do ponto de vista de apoio material, financeiro, logístico, profissional e pedagógico, o estado de Minas Gerais fez significativos investimentos. Entre 2004 e 2005, a SEE afirma ter destinado mais de R\$55 milhões para as escolas-referência.

Em relação, especificamente à qualificação dos educadores e gestores das escolas, a SEE afirma, no próprio documento, ter oferecido capacitação

aos professores de Língua Portuguesa, Matemática, Física, Química e Biologia; ter colocado em funcionamento 630 grupos de desenvolvimento profissional e ter capacitado, pela modalidade a distância, nove mil diretores e vice-diretores de escolas estaduais e professores de Educação Física de todas as escolas-referência. Além disso, promete capacitar os professores de todas as escolas-referência para implantação de cursos de qualificação básica em informática (NPCEM/MG, 2006).

Por fim, o NPCEM/MG (2006) trata das características da nova organização curricular em relação às alternativas de oferta, estrutura comum, composição das turmas, ênfases curriculares e cursos de formação inicial para o trabalho.

A partir do novo plano, a organização curricular para o Ensino Médio, no estado de Minas Gerais, passou a abranger o ensino regular, a Educação de Jovens e Adultos e os projetos de aceleração de estudos, comportando quatro opções de oferta: Ensino Médio Regular (diurno), Ensino Médio Regular (noturno), Educação de Jovens e Adultos (noturno) e Projeto de Aceleração da Aprendizagem.

Além do Novo Plano Curricular, a SEE elaborou e divulgou em 2007 os Conteúdos Básicos Comuns (CBCs), bem como as orientações pedagógicas para o tratamento didático desses conteúdos, integrados pelas disciplinas de Arte, Biologia, Educação Física, História, Física, Geografia, Língua Estrangeira, Língua Portuguesa, Matemática, Química e Sociologia. Os professores de Ensino Médio da rede estadual tiveram acesso a esses documentos, que estão disponíveis no Centro de Referência Virtual do Professor no site da SEE.

De acordo com Vanessa Guimarães Pinto, secretária de estado da educação de Minas Gerais, desde 2003 o papel dos CBCs é expressar os conhecimentos, as habilidades e as competências de cada disciplina de forma específica.

Também em Minas Gerais, como no Brasil de um modo geral, o estado e a sociedade têm fracassado na execução e implementação dessa política, apesar das metas e orientações previstas em todo o conjunto de documentos elaborados com o objetivo de garantir a melhoria da qualidade do Ensino Médio. Mesmo quando alguns indicadores tiveram desempenho positivo, colocando Minas Gerais entre os estados com melhores resultados em nível nacional, as medidas tomadas – sobretudo a partir de 2006 com a implantação do Novo Plano Curricular dos Conteúdos Básicos Comuns e das Orientações Pedagógicas – não têm ajudado a reverter o quadro desanimador desse nível de ensino na rede pública. Os dados que se apresentam a seguir corroboram essa afirmação.

Deixou-se de concretizar as aspirações de colocar mais alunos no Ensino Médio e mais estudantes concluintes, de aumentar as matrículas no diurno de alunos na faixa etária de 15 a 17 anos, de incrementar as matrículas no noturno de jovens que retornam à escola e, conseqüentemente, de reduzir a defasagem idade-série.

Em relação ao comportamento global das matrículas, observa-se que, no período de quatro anos, ao invés de crescer, como o novo plano esperava, caíram 8,33%, passando de 899.730 alunos, em 2006 para 824.798, em 2009. Particularmente entre 2007 e 2009 aumentaram as matrículas no diurno com os estudantes mais jovens (6,63% em média). Não obstante, a queda no noturno foi mais acentuada, sendo esta na ordem de 9,1%, ou seja, precisamente no nível que a SEE esperava melhores resultados, de modo que, enquanto praticamente a metade dos estudantes de Ensino Médio (44,5%) estudava à noite em 2006, em 2009 esse índice diminuiu para 35,4%.

As aspirações de melhora na qualidade do ensino, da aprendizagem e do desempenho escolar dos discentes também não têm sido concretizadas. *O Guia do Estudante* fez um ranking das 50 melhores escolas de Ensino Médio da região Sudeste com base nas notas do Enem<sup>4</sup> de 2009. De acordo com esse ranking, que traz os resultados das escolas de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, 44% dos estabelecimentos estão localizados em São Paulo, 28% no Rio de Janeiro, 24% em Minas Gerais e 4% no Espírito Santo. A maioria dessas escolas é privada (90%), enquanto que apenas 10% é pública (quatro federais e uma estadual).

Das 50 melhores escolas da região Sudeste, doze são mineiras; três delas estão entre as dez primeiras, ocupando o quarto, quinto e décimo lugar. Em linhas gerais, a configuração dessas instituições não destoa dos dados nacionais, pois 83,33% são privadas, e as restantes federais, mesmo que entre as 12 melhores do estado não estejam as escolas estaduais.

A partir de uma análise das 50 melhores escolas públicas do Brasil, com base no Enem de 2009, observa-se que 78% desse total (39) pertencem à rede federal de ensino. Em sua maioria, são colégios militares ou instituições vinculadas ao Ensino Superior, como os colégios de aplicação. Apenas dez são instituições estaduais e apenas uma é municipal. Das 50 melhores instituições públicas de Ensino Médio no Brasil, oito são mineiras, incluindo a melhor do país. Sendo assim, nenhuma delas é estadual.

Por fim, o ranking nacional, que aponta as mil piores escolas brasileiras de Ensino Médio, revela que 98,7% delas são estaduais, das quais 4% são mineiras (40 escolas).

Em relação aos resultados do Ideb é possível apontar que a situação do Ensino Médio em Minas Gerais, no contexto brasileiro, é boa. Em 2009, o estado estava em 3º lugar (com 3,6), empatado com

---

<sup>4</sup> A nota leva em conta a pontuação geral do Enem, a média das provas objetivas e a redação que é utilizada pelos estudantes que pretendem ingressar na universidade e aderir-se o Programa de Bolsas de Universidades Privadas/ Prouni. Exige-se, no mínimo, 400 pontos para que o aluno concorra a essa bolsa.

São Paulo e Rio Grande do Sul, atrás do Paraná (3,9), primeiro lugar, de Rondônia e Santa Catarina, ambos empatados na segunda posição com 3,7.

No entanto, em relação aos indicadores de qualidade internacionais, a situação ainda é lamentável e praticamente “estacionou” se comparado com os anos anteriores. Apesar de a média atingida ser superior à meta traçada pelo governo para o ano de 2009 (3,5), os 3,6 pontos de nota indica que esse nível de ensino é o que apresenta os índices mais baixos da educação básica, as mais baixas taxas de aprovação e é o que menos cresceu no período de cinco anos. Entre 2005 e 2009 a nota passou de 3,4 para 3,6, o que significa que teve uma variação de 0,1 em relação ao índice anterior divulgado, em 2005, e de 0,1 em relação ao último, em 2007. Por outro lado, observa-se um contraste muito forte entre a rede estadual de ensino (3,6) e a particular (6,1), pois nesta o desempenho dos estudantes é 41% melhor.

Já o Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (Proeb 2010)<sup>5</sup> revelou que Minas Gerais obteve um crescimento na qualidade em 2010 em relação à última avaliação de 2009. De acordo com os dados divulgados pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, o grande destaque da avaliação foi à melhoria da proficiência dos alunos do 3º ano do Ensino Médio. As estatísticas apontam um progresso de 7,4 pontos em Língua Portuguesa e de 6,6 pontos em Matemática (SEE, 2010). A escala de proficiência em Português avalia a capacidade do aluno de ler e interpretar informações presentes em diferentes formatos de texto, seja uma notícia, seja um texto dissertativo ou uma poesia. Em Matemática, a escala mede a capacidade do aluno de desenvolver o raciocínio lógico e o pensamento algébrico, ou seja, a capacidade de resolver operações e equações matemáticas. O grau de complexidade da escala varia de acordo com o nível de escolaridade do estudante.

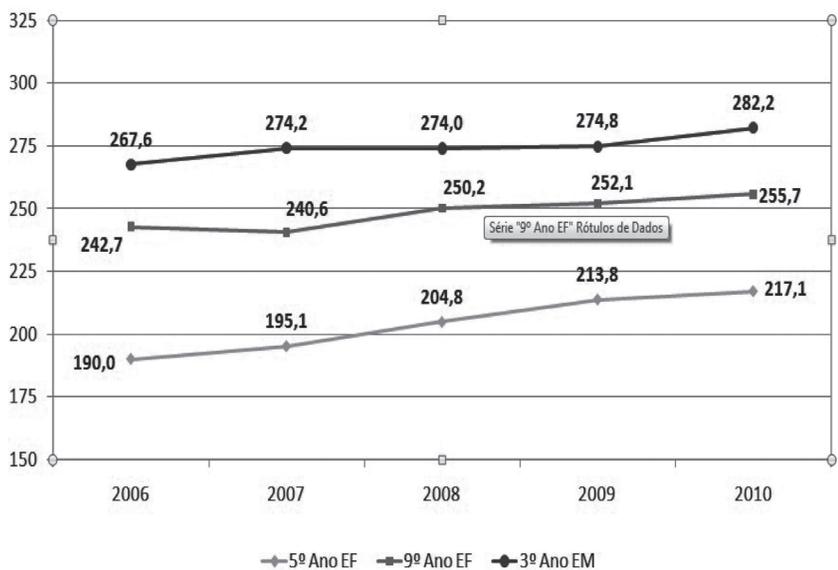
As avaliações nacionais em nível de Ensino Médio colocam o estado de Minas Gerais entre os primeiros do país. Os gráficos a seguir apresentam a evolução atingida pelos três níveis avaliados entre 2006 e 2010 em Língua Portuguesa e em Matemática. Em Língua Portuguesa, as proficiências médias apontam um salto de 14,6 pontos entre 2006 e

---

<sup>5</sup> O Proeb integra o Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (Simave) da Secretaria de Estado de Educação (SEE), o qual é responsável pelas avaliações de desempenho em larga escala na rede pública de ensino de Minas Gerais. O Proeb é realizado pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CaeD) da Universidade Federal de Juiz de Fora. O exame é uma avaliação externa universal aplicada em todas as escolas públicas, urbanas e rurais de Minas Gerais para todos os alunos dos 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Os resultados são utilizados como ferramenta pedagógica em todas as escolas estaduais.

2010, o que representa um incremento de quase três pontos por ano. Ainda assim, a realidade é que esse nível cresceu muito entre 2006 e 2007 e entre 2009 e 2010, mas pouco entre 2007 e 2009. O Ensino Médio cresceu em relação ao 9º ano do Ensino Fundamental, mas caiu em comparação ao o 5º ano.

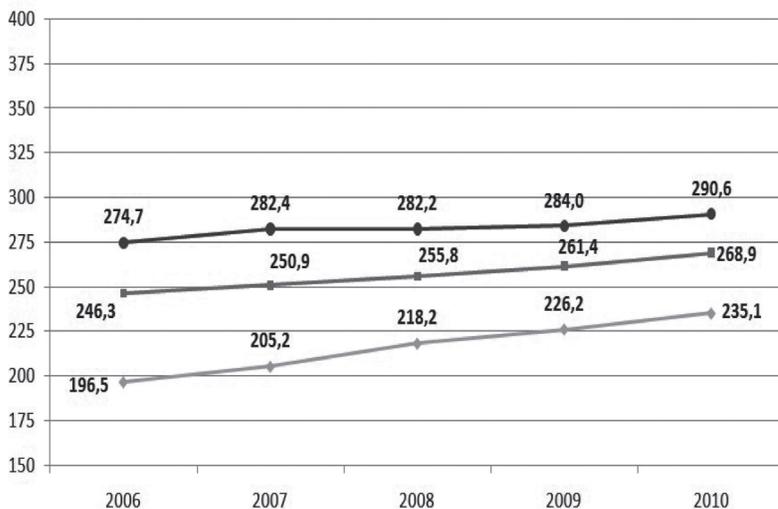
GRÁFICO 1 – Evolução das proficiências médias em Língua Portuguesa na rede estadual (2006-2010)



Fonte: SEE – Proeb, 2010.

Em Matemática, a evolução das proficiências médias indica que o Ensino Médio cresceu entre 2006 e 2010, ou seja, mais do que em Língua Portuguesa. Nesses cinco anos o crescimento foi de 15,9 pontos, isto é, de 3,18 pontos em média por ano. Porém, a situação foi similar à anterior, pois se cresceu pouco entre 2007 e 2009. Além disso, a situação em Matemática é ruim se comparada à melhoria alcançada no mesmo período pelo Ensino Fundamental, que cresceu 22,6 pontos no 9º ano e 38,6 pontos no 5º ano.

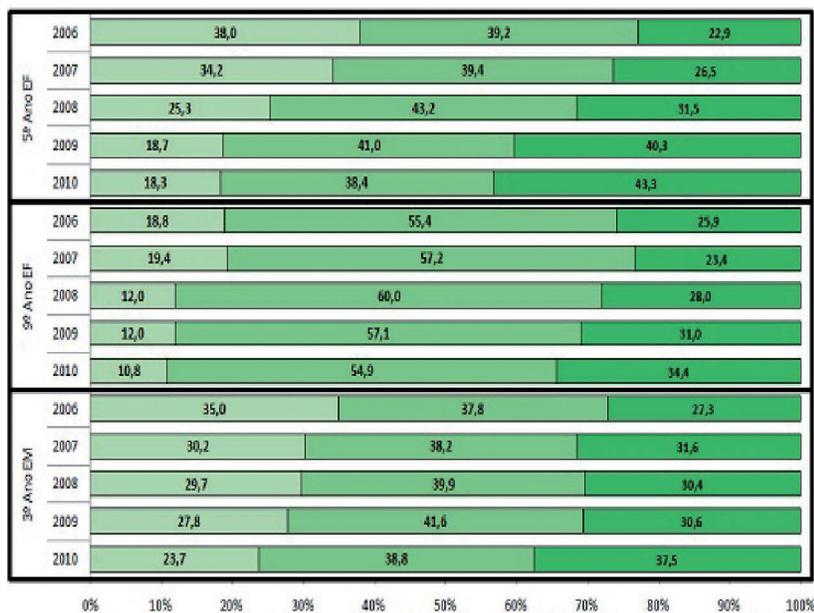
GRÁFICO 2 – Evolução das proficiências média em Matemática na rede estadual (2006-2010)



Fonte: SEE – Proeb 2010.

Os resultados do Proeb demonstram o crescimento atingido pelo Ensino Médio não apenas nos índices de evolução das proficiências médias em Língua Portuguesa e Matemática, mas também no percentual de alunos por padrões de desempenho. Enquanto em 2006 apenas 22,6% dos estudantes alcançaram resultado considerado *recomendado* e 38% *baixo* em Português, em 2010, o número de alunos *recomendados* nessa disciplina quase dobrou (43,3%) e de estudantes com desempenho *baixo* caiu pela metade (18,3%).

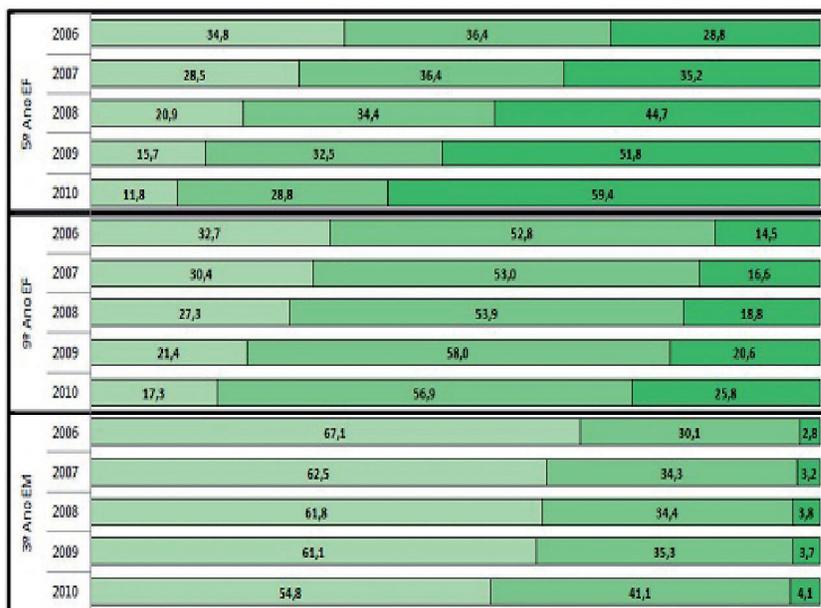
GRÁFICO 3 – Percentual de alunos por padrão de desempenho em Língua Portuguesa na rede estadual (2006-2010).



Fonte: SEE – Proeb 2010.

Em Matemática, enquanto em 2006 apenas 28,8% alcançaram os desempenhos *recomendado* e 34% *baixo*, em 2010 o número de alunos *recomendados* mais que dobrou (59,4%) e de alunos com rendimento *baixo* caiu três vezes (11,8%).

GRÁFICO 4 – Percentual de alunos por padrão de desempenho em Matemática na rede estadual (2006-2010)



Fonte: SEE – Proeb 2010.

Entretanto, as taxas de rendimento do estado que analisam abandono, aprovação, reprovação e distorção (idade/série) não são boas se comparadas com o desempenho atingido pelo Ensino Fundamental nos anos iniciais e finais. De acordo com dados divulgados pelo Censo Escolar de 2009 (SEE/Atlas web, 2011), o comportamento desses indicadores colocava o Ensino Médio abaixo dos outros níveis (TAB. 1).

TABELA 1 – Comportamento das taxas de rendimento e distorção expressas em percentagem.

Níveis	Abandono	Aprovação	Reprovação	Distorção (idade/série)
Ensino Fundamental (Anos Iniciais)	0,9	96,7	2,4	9,5
Ensino Fundamental (Anos Finais)	5,0	80,0	15,0	30,1
Ensino Médio	10,7	76,6	12,7	33,8

Fonte: Censo escolar 2010.

Enquanto mais de 95% dos estudantes dos anos iniciais e 80% dos anos finais do Ensino Fundamental aprovavam, apenas 76,6% conseguiram fazê-lo no Ensino Médio. Chama atenção também o número elevado de estudantes que abandonam a escola antes de concluir os estudos e daqueles que estão cursando o Ensino Médio com idade igual ou superior a 18 anos. As pesquisas futuras precisarão encontrar respostas para explicar por que à medida que os alunos avançam no sistema educacional brasileiro, passando pelos diferentes níveis de ensino, aumentam, sobretudo, os índices de abandono e reprovação.

Por fim, também continua pendente o propósito da SEE, explicitado no novo plano, de converter a escola de Ensino Médio no melhor lugar para ensinar e aprender, entre outros fatores, pela qualidade acadêmica e profissional de seu corpo docente e pela melhoria de suas condições de trabalho.

É certo que o número de professores contratados cresceu para 10,61% entre 2007 e 2009. Já o número de matrícula de estudantes se contraiu para 8,33%. Em 2007, eram 47.627 professores, enquanto em 2009 eram 53.279. Destes, a maioria (77,18% e 76,95% respectivamente) estava vinculada à rede estadual de Ensino Médio, responsável por mais de 84% do total das matrículas no nível.

Em relação ao indicador que avalia o nível de escolaridade desses professores, é possível informar que as exigências fixadas há dez anos ainda não foram atendidas no estado de Minas Gerais. De acordo com a LDBEN/96, apenas os docentes com nível superior em curso de licenciatura de graduação plena ou com formação pedagógica poderiam lecionar no Ensino Médio. A própria lei estabelecia que essa determinação começasse a vigorar a partir de 2007 e, até final da década de 2000-2010, somente seriam admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço.

Em Minas Gerais, mesmo que a situação seja um pouco melhor que a média nacional (8,69%), ainda 7,2% dos professores não possui o nível superior completo; o que significa que 3.835 dos 53.279 docentes que estão em sala de aula por lei não poderiam estar trabalhando (Brasil, 2009c). Para se ter uma ideia, na atualidade há professores com apenas o Ensino Fundamental ministrando aulas no Ensino Médio. O que é pior: se comparado com 2007, o índice de professores com formação universitária em 2009 é 0,3% inferior (92,8% contra 93,1%). Pelo menos um dado positivo é que a proporção de professores universitários com licenciatura melhorou nesses três anos, porém, de forma reduzida (1,76%).

Quanto à formação continuada em serviço e quanto às ações previstas no novo plano curricular pouco foi feito. A formação oferecida aos professores de Português e Ciências não foi estendida para os docentes das outras áreas de Humanas. Por outro lado, os que receberam formação não tiveram acompanhamento nas escolas, assim não se

sabe se eles puderam socializar os conhecimentos adquiridos entre os colegas ou se pelo menos suas próprias práticas foram modificadas.

Além de agravaram-se os indicadores que medem a qualidade da titulação dos professores, intensificaram-se as más condições de trabalho. Desde a implantação do Novo Plano Curricular a proporção de turmas por professor aumentou. Em 2007, a porcentagem de docentes que trabalhava com dez ou mais turmas era de 8,57%, em 2009 esse índice subiu para 9,60%. Piorou também a proporção de professores que trabalham em mais de um estabelecimento. Em 2007, 8,79% e 0,81% de todos os professores lecionava em dois e em três estabelecimentos respectivamente; em 2009 esse número passou para 10,63% e 1,07%. Cresceu, mesmo que pouco, o número de professores trabalhando em mais de uma dependência administrativa de 3,71% em 2007 passou para 4,1% em 2009. Piorou a proporção de professores por quantidade de disciplinas. Em 2007, 88,25% dos docentes lecionava apenas uma disciplina e só 0,13% lecionava cinco ou mais disciplinas; em 2009, a proporção de professores por disciplina teve uma queda brusca, pois caiu para 60,60%, enquanto que o número de professores com cinco ou mais disciplinas passou para 3,80%, ou seja, houve um crescimento de 300%.

Em relação à situação dos professores – com base no comportamento dos indicadores que analisam a proporção de docentes pela quantidade de turnos em que lecionam – não é possível afirmar se houve melhora de 2006 até hoje. Não há como estabelecer um comparativo pela falta de dados nas sinopses estatísticas elaboradas pelo Inep entre 2005 e 2008. Nesse sentido, é possível afirmar que a condição deles não é boa, pois do total de 53.279 docentes, quase um terço trabalha em dois turnos (30,40%). Além disso, um número ainda elevado trabalha em três turnos (2,12%). Muitas vezes esses dados estão associados, por um lado, ao fato de que um número ainda grande de professores (8,79%) trabalha em dois estabelecimentos, seja dentro da mesma dependência administrativa, seja em duas ou mais dependências.

Em síntese: os dados apontados indicam que a situação profissional dos professores, bem como suas condições de trabalho, ao invés de melhorar, como o novo plano se propôs, tornou-se mais precária. Isso talvez ajude a explicar, pelo menos em parte, o motivo para que o Ensino Médio, sobretudo o público, não tenha tido o desempenho esperado para estes últimos cinco anos.

### 3. A SITUAÇÃO NA CIDADE DE UBERLÂNDIA

Uberlândia, situada no Triângulo Mineiro, tem uma população estimada em 650 mil habitantes, fato que a converte na terceira cidade mais populosa do estado e a segunda maior do interior do Brasil, ficando atrás apenas de Campinas. Entre 2001 e 2010 a população cresceu 26%.

Do ponto de vista educacional, Uberlândia dispõe de uma rede ampla de escolas em todas as regiões do município. Apesar da intensa urbanização, a prefeitura da cidade declara que os poucos habitantes da zona rural têm fácil acesso a escolas em bairros urbanos próximos. A Superintendência Regional de Ensino afirma trabalhar atualmente na melhoria da qualidade da educação, em especial, daquela oferecida na rede municipal, na qual o ensino não tem atingido os níveis de eficiência das escolas estaduais.

Segundo a Secretaria de Planejamento Urbano, o quadro geral da rede de ensino em Uberlândia, em 2008, apontava um número de matrícula de 174.958 alunos, com um crescimento de 2,8% em relação a 2007. Os maiores números estavam vinculados aos ensinos Fundamental (80.167 alunos), Superior (35.333) e Médio (24.856). Do total de estudantes, 40,5% estavam vinculados à rede municipal, 47,9% à estadual e 11,6% à federal. Do total de escolas, 58,9% eram da rede municipal, 39,9% da estadual e apenas 1,7% da federal. Do total de professores, 50,0% lecionam na rede municipal, 33,2% na estadual e 16,8% na federal (BDI, 2009).

Em relação à rede estadual, especificamente em 2008 eram 61.207 estudantes matriculados em 69 escolas. Destes, 34.126 em escolas de Ensino Fundamental, 19.694 de Ensino Médio, 6.851 de Educação de Jovens e Adultos e 536 em Ensino Especial. No entanto, as matrículas caíram para 6,43% entre 2004 e 2008, em média 1,2% ao ano. Isso significa que, enquanto as matrículas cresceram de forma conjunta, a cada ano que passa o estado investe menos em educação. A Educação Profissional estadual foi encerrada no final do ano de 2006, o Ensino Fundamental caiu 7,81%, o Médio 16,20% e o Especial 14,9%. Cresceu, de maneira significativa (41, 1%), o ensino estadual para a Educação de Jovens e Adultos. Como se observa, o Ensino Médio foi o nível que sofreu maior impacto negativo em relação ao crescimento das matrículas.

Em abril de 2011, a cidade possuía um total de 482 estabelecimentos educacionais, destes 108 são estaduais, três federais, 189 municipais e 192 privados. A diferença em relação ao estado é que predominam neste as instituições de ensino municipais, enquanto que em Uberlândia se sobressaem as escolas privadas (SEE/Atlas web, 2011).

Atualmente, do total de 108 escolas estaduais vinculadas à Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia, 26 são de Ensino Médio regular. Observa-se, pois, um predomínio de matrículas na rede estadual de ensino (79,23%) em relação às outras (19,61%, na particular e 1,16% na federal).

Quanto à qualidade do ensino, da aprendizagem e do desempenho escolar desses estudantes, é possível chegar a várias considerações. Se comparados os indicadores de qualidade que avaliam

o comportamento da proficiência média em Matemática e Português, abandono, aprovação, reprovação e distorção (idade/série) dos alunos de Uberlândia, em relação aos discentes da rede estadual de Ensino Médio de Minas Gerais, observa-se que a situação dos estudantes uberlandenses é desfavorável em três dos cinco quesitos (abandono, aprovação e reprovação) e favorável em apenas dois (proficiência e distorção) (TAB. 2).

TABELA 2 – Comportamento da proficiência, taxas de rendimento e distorção em porcentagem.

Região	Proficiência*		Abandono**	Aprovação**	Reprovação**	Distorção** (idade/série)
	Matemática	Português				
Minas Gerais	283,9	274,8	10,7	76,6	12,7	33,80
SEE Uberlândia	287,3	279,5	12,9	70,7	16,6	31,59

Fonte: Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Básica – Simave; Censo escolar (2010).

Os índices de abandono e reprovação em Uberlândia são altos se comparados com esses indicadores no estado. Por sua vez, os índices de aprovação são baixos, na ordem de 5% menos que em Minas Gerais. Em relação à proficiência em Matemática (287,3) e Português (279,5), bem como à distorção idade-série (31,59), a rede estadual de Uberlândia está melhor.

Entretanto, naqueles indicadores em que a SEE de Uberlândia apresenta uma situação melhor, a evolução constatada por eles nos últimos anos (2006-2009) é menor do que a atingida pela média no estado no mesmo período (TAB. 3).

TABELA 3 – Comportamento da proficiência e das taxas de distorção em porcentagem (2000-2009)

Indicadores	Região										
	Minas Gerais						SEE Uberlândia				
Proficiência*		2000	2003	2006	2007	2009	2000	2003	2006	2007	2009
	Matemática	252,6	273,3	274,6	282,4	283,9	263,71	280,44	279,06	285,59	287,33
	Português	267,9	267	267,6	274,1	274,8	277,49	269,49	273,49	278,58	279,51
Distorção (idade/série)**		2006	2007	2008	2009	2010	2006	2007	2008	2009	2010
		41,75	38,49	34,9	33,7	33,8	36,73	35,05	34,12	31,23	31,59

Fonte: Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Básica – Simave; Censo escolar (2010).

Os indicadores de proficiência em Matemática em Uberlândia melhoraram 23,72 pontos no período de 2000 a 2009, enquanto a média do estado cresceu 31,3 pontos. Em Português, por sua vez, foram 2,02 em Uberlândia contra 6,9 pontos em Minas Gerais, de modo que a qualidade do Ensino Médio evoluiu mais no estado nos últimos dez anos do que em Uberlândia, porque as notas iniciais no processo de avaliação de Português e Matemática eram inferiores. Em relação à distorção (idade/série) o comportamento da média de Minas, no período de 2006 a 2010, também é melhor. Enquanto o estado reduziu os índices de distorção em 9,85 pontos, Uberlândia conseguiu fazer o mesmo atingindo 8,24 pontos.

Não obstante, mesmo quando as médias do desempenho em Matemática e Português dos estudantes do Ensino Médio, tanto no estado quanto em Uberlândia, tenha melhorado nos últimos anos, ambas continuam sendo insatisfatórias. De acordo com o Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Básica (Simave), a média da proficiência dos alunos em ambas as disciplinas é *baixa*.

Se comparados os indicadores de qualidade que avaliam o comportamento da proficiência média em Matemática e Português, bem como o abandono, aprovação e reprovação dos alunos em relação aos estudantes da rede estadual de Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) de Minas Gerais e de Uberlândia, é verificável que a situação dos estudantes uberlandenses de Ensino Médio é ainda pior (TAB. 4).

TABELA 4 – Comportamento da proficiência em Matemática e Português

Níveis	Ensino Fundamental (Anos Iniciais)		Ensino Fundamental (Anos Finais)		Ensino Médio	
	Matemática	Português	Matemática	Português	Matemática	Português
Minas Gerais	226,2	213,8	261,4	252,1	283,9	274,8
SEE Uberlândia	224,8	213,4	264,9	257,7	287,3	279,5

Fonte: Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Básica – Simave (2010).

Os números contidos na TAB. 4 podem causar uma falsa impressão. Como as notas mais altas em Matemática e em Português correspondem ao Ensino Médio, dessa forma, deveriam ser desse nível as melhores proficiências. Porém, não é assim que acontece. Para os anos iniciais do Ensino Fundamental a nota máxima para Matemática e Português é estabelecida em 300 pontos assim distribuídos: rendimento baixo entre zero e 180 pontos; rendimento intermediário entre 181 e 230 pontos; rendimento recomendável entre 231 e 300 pontos. Para os anos finais do Ensino Fundamental a nota máxima para ambas as disciplinas é estabelecida em 400 pontos: rendimento baixo entre zero e 130 pontos; intermediário entre 231 e 300 pontos; recomendável entre 301 e 400 pontos. Para o Ensino Médio a nota máxima é estabelecida em 500 pontos: baixo entre zero e 300 pontos; intermediário entre 301 e 375 pontos; recomendável entre 376 e 500 pontos.

Isso significa que as médias das proficiências em Matemática e Português para o Ensino Fundamental (anos iniciais e finais), tanto no estado de Minas quanto em Uberlândia, oscilam entre valores que as situam em uma posição *intermediária*. Já as notas nessas disciplinas no Ensino Médio em Uberlândia apresentam um rendimento *baixo*. No que tange aos índices de abandono, aprovação e reprovação no Ensino Fundamental, em Minas e em Uberlândia são, em média, 15 vezes melhores do que no Ensino Médio.

Outra análise dos indicadores de qualidade que avaliam o comportamento da proficiência média em Matemática e Português pode ser feita de maneira comparativa no interior da própria rede estadual de Ensino Médio de Uberlândia. Os dados que se mostram a seguir (TAB. 5) contêm os resultados individuais de 24 das 26 escolas regulares que integram a rede nas disciplinas de Matemática e Português com base no Proeb de 2009 e 2010.<sup>6</sup>

<sup>6</sup> Não estão disponíveis na Base de Dados da SEE os dados das escolas Bueno Brandão e Lourdes de Carvalho.

TABELA 5 – Resultados no Proeb por escola em 2009 e 2010.

Escolas	Matemática		Português	
	2009	2010	2009	2010
EE. Guiomar de Freitas Costa	291,1	297,4	284,3	291,3
EE. José Ignácio de Souza	298,4	306,3	293,1	299,9
EE. Antônio Luiz Basto	287,5	301,0	279,4	295,0
EE. Antônio Ferreira Rezende	300,3	291,3	285,3	284,3
EE. Cidade Industrial	286,1	280,2	280,6	277,5
EE. Frei Egidio Parisi	295,4	304,6	288,2	300,7
EE. Profa. Juvenília F. dos Santos	283,8	290,8	278,4	284,0
EE. Neuza Rezende	293,8	287,6	282,4	284,2
EE. Bairro das Palmeiras	287,0	294,2	272,8	281,9
EE. Ignácio Paes Leme	286,7	305,0	282,2	293,4
EE. Ederlindo L. Bernardes	277,2	302,2	284,8	296,6
EE. João Rezende	291,0	283,4	285,9	276,7
EE. Ângela Teixeira	267,6	277,2	265,9	277,6
EE. Prof. Ignácio Castilho	292,9	292,7	288,0	292,3
EE. Hortêncio Diniz	272,3	279,8	275,8	279,0
EE. do Parque São Jorge	275,5	277,4	272,8	280,3
EE. Sergio de Freitas Pacheco	0,0	269,6	0,0	276,0
EE. Teotônio Vilela	289,7	296,2	280,0	298,0
EE. Messias Pedreiro	330,3	333,5	301,4	306,2
EE. de Uberlândia	304,0	313,8	292,6	306,1
EE. Segismundo Pereira	287,3	304,4	279,5	299,8
EE. Jerônimo Arantes	282,1	281,7	261,4	283,4
EE. Mario Porto	271,0	296,1	273,8	287,6
EE. Américo René Giannetti	285,1	294,6	280,4	298,0

Fonte: Simave – SEE (2010).

Das vinte e quatro escolas listadas na TAB. 5, nenhuma em Português e só sete em Matemática têm notas inferiores à proficiência média do estado e de Uberlândia no ano de 2010. Em três instituições, a nota média em Português foi superior a 301 pontos, portanto, são consideradas *intermediárias*: Messias Pedreiro (306,2), Uberlândia (306,1) e Frei Edígio Parisi (300,7). Em Matemática oito das vinte e quatro escolas obtiveram a pontuação *intermediária*: Messias Pedreiro (333,5), Uberlândia (313,8), Segismundo Pereira (304,4), José Ignácio de Souza (306,3), Ignácio Paes Leme (305,0), Frei Edígio Parisi (304,6), Ederlindo L. Bernardes (302,2) e Antônio Luiz Bastos (301,0).

Os mais baixos desempenhos em Português correspondem às escolas Sérgio de Freitas Pacheco (276,0), Cidade Industrial (277,5), João Rezende (276,6), Ângela Teixeira (277,6) e Hortêncio Diniz (279,0), sendo elas avaliadas com rendimento *baixo*. Enquanto que em Matemática as escolas com menor rendimento foram: Sérgio de Freitas Pacheco (269,6), Ângela Teixeira (277,2), Parque São Jorge (277,4), Hortêncio Diniz (279,8) e Jerônimo Arantes (281,7).

Por fim, a maior parte das escolas teve um desempenho positivo em Matemática (75%) e Português (87,5%) em 2010 em relação a 2009.

Em relação aos resultados da rede estadual de Ensino Médio de Uberlândia, com base nas notas do Enem de 2009, é possível fazer algumas constatações. Entre as negativas se sobressaem os fatos de nenhuma das doze escolas mineiras que integram o ranking das 50 melhores instituições da região Sudeste ser uberlandense e de nenhuma das escolas desse município integrarem a lista das oito escolas mineiras que compõem o ranking das 50 melhores escolas públicas do Brasil.

Entre as positivas, nenhuma das escolas de Uberlândia integra o ranking nacional das mil piores escolas brasileiras de Ensino Médio, das quais 4% são mineiras (40 escolas). Além disso, destaca-se o fato de o desempenho no Enem de 2009 das escolas estaduais de Uberlândia estar acima da média do estado e do Brasil (TAB. 6).

TABELA 6 – Desempenho do EMR de Uberlândia em relação ao Brasil e ao estado.

Região	Número de Escolas	Nota média
Brasil	17.704	513,99
Minas Gerais	2.074	527,60
Uberlândia	26	537,95

Fonte: Inep/MEC – 2009.

Em relação à média brasileira, o desempenho das escolas de Uberlândia é 4,5% melhor e em relação à média do estado é superior em apenas 1,93%. As diferenças são mínimas, mas elas existem e são positivas para Uberlândia.

Uma análise comparativa entre a rede estadual de Ensino Médio e a rede de escolas privadas ou particulares de Uberlândia indica que o nível de qualidade do desempenho cognitivo dos estudantes da rede pública é ainda inferior. Num ranking das 42 escolas de Ensino Médio Regular (EMR) que participaram do Enem em 2009,<sup>7</sup> nenhuma das 15 primeiras colocadas é estadual, ou seja, todas elas são particulares (TAB. 7).

<sup>7</sup> Participaram do Enem, em 2009, um total de 68 escolas de Ensino Médio se contadas as instituições federais (1) e as escolas de Educação de Jovens e Adultos – EJA (25).

TABELA 7 – Ranking das escolas de Ensino Médio Regular (estaduais e particulares) de Uberlândia

Ranking	Nome da Instituição	Rede	Nota
1	Colégio Nacional	Privada	652,51
2	Instituto Educacional Integral- Inei –COC	Privada	645,38
3	Colégio Batista Mineiro	Privada	645,26
4	Colégio Ressurreição Nossa Senhora	Privada	644,33
5	Centro Educacional Pirlimpimpim – São Paschoal	Privada	637,99
6	Instituto Teresa Valse	Privada	631,25
7	Colégio Exitus	Privada	625,45
8	Associação Educacional Johann Kepler	Privada	618,26
9	Colégio Marista Champagnat	Privada	612,34
10	Colégio Galileu Galilei de Uberlândia	Privada	610,72
11	Sistema Ápice de Ensino	Privada	603,36
12	Colégio Pitágoras Uberlândia	Privada	598,83
13	Sesi Escola Guiomar de Freitas Costa	Privada	596,79
14	Sistema de Ensino Rosalina Pereira	Privada	595,70
15	Sistema Poli educacional Central	Privada	587,69
16	E.E.Messias Pedreiro	Estadual	568,36
17	E.E. Guiomar de Freitas Costa	Estadual	565,45
18	Colégio Unimega	Privada	565,12
19	E.E.Professor José Ignácio de Souza	Estadual	564,96
20	E.E. Uberlândia	Estadual	560,67
21	E.E. Antônio Luís Bastos	Estadual	555,29
22	E.E. Antônio T. Ferreira de Rezende	Estadual	554,56
23	E.E. Cidade Industrial	Estadual	554,42
24	E.E. Segismundo Pereira	Estadual	552,95
25	E.E. Frei Egídio Parisi	Estadual	551,63
26	E.E. Professora Juvenília Ferreira dos Santos	Estadual	551,61
27	E.E. Neuzi Rezende	Estadual	546,11
28	E.E. Bairro Jardim das Palmeiras	Estadual	543,05
29	E.E. Ignácio Paes Leme	Estadual	538,20
30	E.E. Teotônio Vilela	Estadual	530,49
31	E.E. Mario Porto	Estadual	528,47
32	E.E. Professor Ederlindo Lannes Bernardes	Estadual	527,04
33	E.E. João Rezende	Estadual	526,99
34	E.E. Bueno Brandão	Estadual	526,47
35	E.E. Ângela Teixeira da Silva	Estadual	524,66
36	E.E. Américo René Giannetti	Estadual	523,50
37	E.E. Jerônimo Arantes	Estadual	521,06
38	E.E. Professor Inácio Castilho	Estadual	518,11
39	E.E. Hortêncio Diniz	Estadual	517,60
40	E.E. Parque São Jorge	Estadual	517,24
41	E.E. Sérgio de Freitas Pacheco	Estadual	513,52
42	E.E. Lourdes de Carvalho	Estadual	504,40
	Média do Município (EMR)		568,04

Fonte: Inep/MEC – 2009

A média para Uberlândia, considerando apenas as escolas regulares de Ensino Médio estadual e particular, é de 568,04 pontos. No entanto, a média das escolas particulares (616,94 pontos) é bem superior à média da rede estadual (537,95 pontos). Essa diferença é de 79 pontos, o que significa que o desempenho dos estudantes das escolas estaduais é 12,8% inferior. A diferença de notas entre a escola privada e a estadual melhor colocada é de 84 pontos.

A TAB. 8 apresenta a ordem de classificação das escolas que integram a rede estadual de Ensino Médio de Uberlândia com base na nota do Enem de 2009. As cinco melhores colocadas são: Messias Pedreiro (568,36), Guiomar de Freitas Costa (565,45), Professor José Ignácio de Souza (564,96), Uberlândia (560,67), Antônio Luís Bastos (555,29) e Antônio T. Ferreira de Rezende (554,56). Por sua vez, as cinco pior classificadas são: Professor Inácio Castilho (518,11), Hortêncio Diniz (517,60), Parque São Jorge (517,24), Sérgio de Freitas Pacheco (513,52) e Lourdes de Carvalho (504,40).

Dessa forma, as diferenças de pontuação entre um grupo e o outro não parecem ser tão significativas, mas a realidade é que a distância que separa os primeiros colocados dos últimos é enorme. Enquanto a escola Messias Pedreiro, que encabeça o ranking das melhores instituições da rede regular de Ensino Médio estadual em Uberlândia, ocupando o lugar 4753º no ranking nacional geral integrado por 36.611 instituições, a escola Lourdes de Carvalho, que ocupa o último lugar entre as escolas de Uberlândia, aparece no 16329º lugar. Isso significa que entre uma e outra instituição há no Brasil um total de 11.576 escolas de Ensino Médio com notas melhores.

No ranking mineiro integrado pelas 1.998 escolas da rede estadual de Ensino Médio regular que participaram do Enem em 2009, não aparece nenhuma escola da rede estadual de Uberlândia entre as 100 melhores. Mas também não há nenhuma escola entre as 100 piores. A melhor colocada é a escola Messias Pedreiro (139º lugar), seguida das escolas Guiomar de Freitas Costa (163º) e Professor José Ignácio de Souza (173º). As piores colocadas são Parque São Jorge (1026º), Sérgio de Freitas Pacheco (1096º) e Lourdes de Carvalho (1227º).

TABELA 8 – Ranking das escolas de Ensino Médio Regular Estadual de Uberlândia.

Ranking local	Ranking estadual	Nome da instituição	Nota
01	139	Messias Pedreiro	568,36
02	163	Guiomar de Freitas Costa	565,45
03	173	Professor José Ignácio de Souza	564,96
04	225	Uberlândia	560,67
05	282	Antônio Luís Bastos	555,29
06	299	Antônio T. Ferreira de Rezende	554,56
07	302	Cidade Industrial	554,42
08	336	Segismundo Pereira	552,95
09	360	Frei Egidio Parisi	551,63
10	362	Professora Juvenília Ferreira dos Santos	551,61
11	449	Neuza Rezende	546,11
12	513	Bairro Jardim das Palmeiras	543,05
13	612	Ignácio Paes Leme	538,20
14	772	Teotônio Vilela	530,49
15	811	Mario Porto	528,47
16	848	Professor Ederlindo Lannes Bernardes	527,04
17	850	João Rezende	526,99
18	856	Bueno Brandão	526,47
19	888	Ângela Teixeira da Silva	524,66
20	906	Américo René Giannetti	523,50
21	960	Jerônimo Arantes	521,06
22	1.010	Professor Inácio Castilho	518,11
23	1.018	Hortêncio Diniz	517,60
24	1.026	Parque São Jorge	517,24
25	1.096	Sérgio de Freitas Pacheco	513,52
26	1.227	Lourdes de Carvalho	504,40
Média do município (EMR)			537,95

Fonte: Inep/MEC – 2009.

A última questão para a qual se chama a atenção diz respeito às diferenças expressivas que existem no ranking das escolas estaduais de Ensino Médio regular em Uberlândia quanto ao tipo de um exame e outro. As escolas com as melhores pontuações no Proeb, salvo

algumas exceções, não repetem o mesmo desempenho no Enem ou vice-versa. As exceções são Messias Pedreiro, Uberlândia e Professor José Ignácio de Souza que mostram resultados satisfatórios em ambas as avaliações. Desse dado derivam algumas hipóteses: o desempenho das escolas está associado ao tipo de avaliação que é realizada e à maneira como as escolas se preparam e/ou ao grupo de alunos selecionados para os exames.

Sobre os professores de Ensino Médio de Uberlândia é possível afirmar que, do ponto de vista profissional, ainda não cumprem com as exigências da LDBEN/96 (Brasil, 1996), porque parte deles não tem formação universitária (2,10%) e porque há professores com Ensino Fundamental lecionando nesse nível. Entretanto a situação é melhor que no Brasil e que no estado de Minas Gerais; além disso, pouco mais da metade dos docentes já realizou pós-graduação.

A situação funcional dos professores é melhor que a da média dos professores brasileiros, pois mais da metade são efetivos ou efetivados, mas chama a atenção o número elevado de professores que ainda possuem contratos precários ou temporários. Os docentes, em geral, possuem uma jornada de trabalho entre 21 e 40 horas semanal; trabalham em uma única escola e ministram só uma disciplina, porém permanecem muito tempo exercendo a docência (cinco horas por dia), lecionam para muitas turmas (nove ou mais) e as salas de aula possuem muitos alunos. (Aquino; Puentes; Longarezi, 2011).

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados e analisados neste estudo permitem constatar que o Ensino Médio estadual está longe de cumprir com a finalidade para a qual foi criado, que é a de consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos e possibilitar a preparação básica para o trabalho e para o prosseguimento de estudos. Além disso, tem oferecido um ensino de baixa qualidade, sobretudo, para as camadas mais pobres e necessitadas da população brasileira.

O direito a uma educação de qualidade para todos, garantido pela Constituição Brasileira, continua a ser uma promessa política e um sonho para mais de 89% dos cidadãos com idade entre 15 e 17 anos, que são “condenados” a estudar em escolas estaduais regulares de Ensino Médio, por falta de opção e de recursos financeiros para terem acesso a colégios particulares, onde as condições para o estudo e a qualidade do ensino são superiores.

A efetiva universalização do acesso, permanência e sucesso escolar para todos os sujeitos no último nível da educação básica é ainda uma aspiração prática que leis, decretos, diretrizes e projetos não têm tornado realidade. Mesmo quando o Brasil ampliou a oferta de forma expressiva, metade dos jovens com idade entre 15 e 17 anos

permanecem fora da escola, principalmente, os pobres, os negros e os que moram no Nordeste. A maioria dos jovens que, pela idade, deveriam estar cursando o Ensino Médio ainda está no Ensino Fundamental e dos que estão matriculados, 20% abandona a escola antes de concluir seus estudos; mais de 45% têm acima de 18 anos; 22% são repetentes; 10% reprovam e muitos outros têm a necessidade de estudar e trabalhar ao mesmo tempo, o que os leva a frequentar as escolas que oferecem o ensino noturno.

Enfim, o Ensino Médio é o nível que menos cresce do ponto de vista qualitativo. A situação dos professores, por sua vez, também é precária: mais de 30% deles ainda não dispõe de formação em nível superior e pelo menos 10% dos que possuem, não têm curso de licenciatura, enquanto outra parte expressiva não tem formação compatível com a(s) disciplina(s) que leciona(m).

Por esse motivo, convive-se com um Ensino Médio público em crise, estagnado, em situação precária, que ensina pouco e forma mal, que “amarga” os piores resultados tanto em nível nacional quanto internacional, no que diz respeito ao crescimento alcançado pelas matrículas nos últimos dez anos; à qualidade das aprendizagens; às concepções pedagógicas; ao acesso, retenção, aprovação e distorção idade/série; à organização curricular; formação de professores, condições de estudo e de trabalho; ao financiamento; às instituições, bem como aos sistemas de avaliação do desempenho das escolas, da aprendizagem dos alunos e dos modos de atuação dos professores.

Em Minas Gerais, a realidade do Ensino Médio é um pouco melhor que a média nacional. A pesquisa revela que o estado atingiu um crescimento da qualidade nos últimos anos. As próprias avaliações nacionais efetuadas pelo MEC corroboram essa afirmação e colocam o estado entre os primeiros do país nesse nível. Não entanto, as taxas de rendimento que comprovam o abandono, aprovação, reprovação e distorção (idade/série) não são boas se comparadas com o desempenho atingido pelo Ensino Fundamental. Por outro lado, as aspirações de colocar mais alunos na escola, de aumentar as matrículas no diurno para alunos mais novos, incrementar as matrículas no noturno e diminuir a defasagem idade-série não se concretizaram. Os números, em lugar de crescer, caíram, sobretudo no noturno.

Além disso, pioraram os indicadores que medem a qualidade da titulação dos professores e intensificaram-se as más condições de trabalho. Desde 2006, com a implantação do Novo Plano Curricular, aumentou a proporção de turmas por docente; a porcentagem dos que trabalham com dez ou mais turmas; em mais de um estabelecimento; em mais de uma dependência administrativa e com várias disciplinas.

Em relação a Uberlândia, a pesquisa mostra que o desempenho das escolas da rede estadual, no que diz respeito aos indicadores de qualidade que avaliam o comportamento da proficiência média

(Matemática e Português), abandono, aprovação e reprovação, bem como distorção (idade/série) continua sendo insatisfatório. No caso específico da proficiência em Matemática e Português, a média das escolas recebeu na última avaliação nota *baixa*.

A situação das instituições regulares é ainda pior se comparada com o desempenho médio das que integram a rede estadual de Ensino Fundamental e a rede de escolas particulares de Ensino Médio do estado e de Uberlândia.

Em suma: o Ensino Médio estadual brasileiro, mineiro e uberlandense cresceu pouco nos últimos cinco anos do ponto de vista qualitativo, menos que o Ensino Fundamental, muito abaixo do que o Brasil precisa e espera. Apesar dos esforços e dos investimentos, avançou-se pouco e mal, isto é, não houve melhorias satisfatórias.

Dessas análises emergem, pelo menos, dois desafios. Em primeiro lugar, é preciso que as pesquisas se debrucem em identificar as razões pelas quais os indicadores de proficiência em Matemática e Português, os índices de abandono, aprovação e reprovação só tendem a piorar à medida que se ascende o nível educacional. Em segundo lugar, seria necessário analisar se os baixos rendimentos escolares atingidos pelos estudantes da rede estadual de Ensino Médio regular, se comparados com a rede privada, estão associados, entre outros fatores, à qualidade dos processos de ensino e aprendizagem que são oferecidos no interior dessas escolas; ao desempenho didático-pedagógico dos professores; ao perfil socioeconômico, cultural e cognitivo dos estudantes, às condições físicas e técnicas das escolas e/ou ao perfil da gestão. Esses são desafios que precisamos assumir não somente para o diagnóstico, mas fundamentalmente para ações políticas e pedagógicas que possam gerar mudanças efetivas na qualidade do Ensino Médio em Uberlândia, em Minas Gerais e no Brasil.

## REFERÊNCIAS

- AQUINO, O. F.; PUENTES, R. V.; LONGAREZI, A. M. Perfil profissional dos professores do Ensino Médio em Uberlândia. In: *Anais do XI Seminário Nacional “O Uno e o Diverso na Educação Escolar”*. Universidade Federal de Uberlândia, 13 a 16 de junho de 2011. p. 1-11.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 dez. 1996.
- BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio*. Brasília, DF: MEC/SEMTEC, 1999. 4 v.
- BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Estabelece o Plano Nacional de Educação. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jan. 2001.
- BRASIL. *PCN do Ensino Médio. Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília, DF: MEC/SEMTEC, 2002.
- BRASIL. *Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002*. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica em Nível Superior, Curso de Licenciatura, de graduação plena. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcpo1\\_02.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcpo1_02.pdf)>. Acesso em: 22 abr. 2011.
- BRASIL. *Pesquisa Nacional por Amostra de IBGE*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília, DF: IBGE, 2005.
- BRASIL. *Pesquisa Nacional por Amostra de IBGE*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília, DF: IBGE, 2006.
- BRASIL. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 jun 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L11.494.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L11.494.htm)>. Acesso em: 13 fev. 2010.
- BRASIL. *Plano de Metas da Educação*. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Presidência da República. Brasília: Casa Civil e Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Reestruturação e expansão do Ensino Médio no Brasil*. Brasília, DF: MEC, 2008a.
- BRASIL. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 jul 2008b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L11.738.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L11.738.htm)>. Acesso em: 18 jul. 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Ensino Médio Inovador*. Brasília, DF: MEC, 2009a.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Ranking das escolas do Brasil no Enem 2009*. 2009b. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/educacao/mat/2010/07/18/enem-2009-revela-que-das-mil-piores-escolas-do-pais-97-8-sao-estaduais-917177004.asp>>. Acesso em 08 jun. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Sinopses Estatísticas da Educação Básica*. Sinopse do professor, 2009c. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 09 jun. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Sinopses Estatísticas da Educação Básica* (atualizado em 20/12/2010). 2010. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 09 jun. 2011.

BDI – Banco de Dados Integrados 2009. Volume II. Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. Ano Base 2008. Prefeitura de Uberlândia. 2009. Disponível em: <[www3.uberlandia.mg.gov.br/midia/documentos/planejamento\\_urbano/BDI\\_2009\\_vol.2.pdf](http://www3.uberlandia.mg.gov.br/midia/documentos/planejamento_urbano/BDI_2009_vol.2.pdf)>. Acesso em: 27 abr. 2011.

ÉBOLI, Evandro. ENEM 2009 revela que das mil piores escolas do país, 97,8% são estaduais. Futuro em xeque. *O Globo*. Publicada em 19 jul. 2010 às 16h27min. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/educacao/mat/2010/07/18/enem-2009-revela-que-das-mil-piores-escolas-do-pais-97-8-sao-estaduais-917177004.asp>>. Acesso em: 08 jun. 2011.

FORMENTI, Lígia; MOURA, Rafael Morais. Avaliação mostra estagnação do ensino médio no Brasil, com nota 3,6. *O Estado de S. Paulo*, 02 de julho de 2010. Disponível em: <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100702/not\\_imp575065,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100702/not_imp575065,0.php)>. Acesso em: 13 abr. 2011.

KUENZER, Acácia Zeneida. O Ensino Médio no Plano Nacional de Educação 2011-2020: superando a década perdida? *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 112, p. 851-873, jul./ set. 2010.

MOREIRA, Marcos Elias. *Ensino Médio: Diagnóstico, Perspectivas e Propostas*. Conselho de Educação do Estado de Goiás. Segunda-feira, 01 de junho de 2009. Disponível em: <[http://fnce.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=51%3Aensino-medio-diagnostico-perspectivas-propostas&catid=36%3Aartigos&Itemid=58&limitstart=9](http://fnce.org/index.php?option=com_content&view=article&id=51%3Aensino-medio-diagnostico-perspectivas-propostas&catid=36%3Aartigos&Itemid=58&limitstart=9)>. Acesso em: 28 abr. 2011.

NPCem/MG – *Novo Plano Curricular Ensino Médio*. Secretária de Estado de Educação de Minas Gerais. Belo Horizonte, 25 de novembro de 2006. OECD – Programme For International Student Assessment (PISA), 2010. Disponível em: <[http://www.pisa.oecd.org/pages/0,2987,en\\_32252351\\_32235731\\_1\\_1\\_1\\_1\\_1,00.html](http://www.pisa.oecd.org/pages/0,2987,en_32252351_32235731_1_1_1_1_1,00.html)>. Acesso em: 24 jun. 2011.

Ranking Enem 2010: as 50 melhores escolas do Sudeste. Disponível em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/vestibular/noticias/ranking-enem-2010-melhores-escolas-sudeste-579785.shtml>>. Acesso em: 18 abr. 2011.

RODRIGUES, Cinthia. *Alunos terminam ensino médio sem aprender*. IG São Paulo. 23/02/2011. Disponível em: <<http://ultimosegundo>>.

ig.com.br/educacao/alunos+terminam+ensino+medio+sem+aprender/n1238097714540.html>. Acesso em: 23 fev. 2011.

SCHEIBE, Leda. Valorização e formação dos professores para a Educação Básica: questões desafiadoras para um novo Plano Nacional de Educação. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 112, p. 981-1000, jul./ set. 2010.

SEE – Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. *Proeb 2010 confirma evolução da educação básica mineira*. 22 de março de 2011. Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br/imprensa/noticias/1818-proeb-2010-confirma-evolucao-da-educacao-basica-mineira>>. Acesso em: 18 abr. 2011.

SEE – Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Atlas Web. 2011. Disponível em: <<http://crv.educacao.mg.gov.br/atlas/index.asp?mod=grs&niv=sre&map=sre&ids=026&idm=&ide>>. Acesso em: 24 maio 2011.